

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari
Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Deduções à Receita Operacional

	2015	2014 Reclassificado
COFINS	(1.887)	(1.746)
PIS-PASEP	(409)	(378)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(237)	(222)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(237)	(222)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	(118)	(111)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia	(159)	(140)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(644)	(1.006)
	(3.691)	(3.825)

A empresa efetuou opção pelo Lucro Presumido no ano-calendário de 2015 e 2014, com isto a tributação do PASEP/COFINS passou a ser pelo regime cumulativo, com alíquota de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014 Reclassificado
Serviços de Terceiros (a)	7.875	5.096
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	27.935	27.071
Depreciação e Amortização	8.809	8.815
Encargos de Uso da Rede Transmissão	2.582	2.501
Seguros	193	190
Outras	92	107
	47.486	43.780

a) Serviços de Terceiros

	2015	2014
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	6.661	3.740
Meio Ambiente	381	410
Outras	833	946
	7.875	5.096

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	9.541	8.570
Outras	13	6
	9.554	8.576
Despesas Financeiras		
Varição Monetária e Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(585)	(442)
Juros sobre Impostos	(1)	(43)
Juros sobre Encargos Regulatórios	(2)	(3)
Outras despesas financeiras	(128)	(79)
	(716)	(567)
Resultado Financeiro	8.838	8.009

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2015	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	62.911	62.911
Percentual de presunção	8,00%	12,00%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	11.181	11.181
Outras Receitas Financeiras	12	12
Base de Cálculo - Lucro Presumido	16.226	18.742
Alíquota 15,00% IR e 9,00% CSLL	(2.434)	(1.687)
Adicional (10,00% sobre valor superior a R\$240)	(1.599)	-
IR e CS - Lucro Presumido	(4.033)	(1.687)
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas		
Rendas de Aplicação não resgatadas	(1.640)	(1.640)
Alíquota	25,00%	9,00%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2015	410	148
Resultado IR e CS	(3.623)	(1.539)
Corrente	(4.033)	(1.687)
Diferido	410	148

	2014	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	57.603	57.603
Transações com Energia na CCEE	587	587
Percentual de presunção	58,19%	58,19%
Alíquota	8,00%	12,00%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	4.994	4.994
Outras Receitas Financeiras	5	5
Base de Cálculo - Lucro Presumido	9.655	11.982
Alíquota 15,00% IR e 9,00% CSLL	(1.448)	(1.078)
Adicional (10,00% sobre valor superior a R\$240)	(942)	-
IR e CS - Lucro Presumido	(2.390)	(1.078)
Valor de IR e CS Diferidos sobre rendas não resgatadas		
Rendas de Aplicação não resgatadas	6.220	6.220
Alíquota	25,00%	9,00%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2014	(1.555)	(560)
Resultado IR e CS	(3.945)	(1.638)
Corrente	(2.390)	(1.078)
Diferido	(1.555)	(560)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia reconheceu receitas e despesas em 2015 decorrentes de contratos envolvendo partes relacionadas, que foram realizados em termos acordados entre as partes, sendo:

Suprimento de Energia Elétrica

- Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D"): receitas em 2015 no montante de R\$6.365 (R\$5.933 em 2014), sendo que o saldo a receber em 2015 foi de R\$307 (R\$126 em 2014); e;
- Light S.A.: receitas em 2015 no montante de R\$2.424 (R\$742 em 2014), sendo que o saldo a receber em 2015 foi de R\$153 (R\$14 em 2014).

Encargos de Uso de Sistemas de Transmissão

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"): despesas em 2015 no montante de R\$301 (R\$126 em 2014), sendo que o saldo a pagar em 2015 foi de R\$33 (R\$7 em 2014); e;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE"): despesas em 2015 no montante de R\$101 (R\$107 em 2014), sendo que o saldo a pagar foi de R\$8 (R\$9 em 2014).

Em 2015, encontra-se como saldo a pagar de dividendos o montante de R\$5.788 (R\$20.384 em 2014) para a Cemig Geração e Transmissão S.A., e R\$2.553 (R\$8.995 em 2014) para Furnas.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Baguari Energia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2015, proporcionalmente a participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Baguari Energia de 4,68% no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Baguari Energia 4,68%
AXXIOM	Debêntures	109,00%	29/01/2017	531
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	2.335
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	507
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	2.505
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.019
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	1.273
ETAU	Debêntures	108,00%	01/12/2019	471
Brasorte	Debêntures	108,00%	22/06/2016	133
				8.774

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Revendedores, Fornecedores, Concessões a pagar e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com Revendedores, saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria as Concessões a Pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	10.844	10.844	13.609	13.609
Revendedores	7.218	7.218	6.807	6.807
	18.062	18.062	20.416	20.416
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	1.087	1.083	8.694	8.637
Mantidos para negociação:				
Títulos e Valores Mobiliários	53.039	53.039	67.690	67.690
Passivos Financeiros:				
Fornecedores	5.886	5.886	8.997	8.997
Concessões a pagar	2.787	2.649	2.537	3.345
	8.673	8.535	11.534	12.342

Mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários

Valor justo por meio do resultado:

Mantidos para Negociação

Títulos e Valores Mobiliários

Passivos Financeiros:

Fornecedores

Concessões a pagar

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a revendedores é considerado baixo.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Risco de Liquidez

A Baguari Energia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pós-fixadas						
Concessões a pagar	28	81	213	1.118	2.438	3.878
- Pré-fixadas						
Fornecedores	5.886	-	-	-	-	5.886
	5.914	81	213	1.118	2.438	9.764

20. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015 Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
Títulos e Valores Mobiliários			
Certificados de Depósitos			
Bancários	8.808	-	8.808
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	28.497	-	28.497
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.795	5.795	-
Debêntures	9.939	-	9.939
	53.039	5.795	47.244

21. SEGUROS

O Consórcio UHE Baguari mantém apólices de seguro junto as principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A administração do Consórcio entende que o montante assegurado é suficiente para cobrir eventuais perdas relevantes por sinistros. As principais coberturas de seguros, com vigência até 19 de agosto de 2016, são como segue:

Seguradora	Modalidade	Importância Segurada
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	Responsabilidade Civil	RS15.000
Bradesco Auto /RE - Cia Seguros	Riscos Operacionais	RS231.340

O Consórcio adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Diretoria autorizou a redução do Capital Social da Baguari Energia S.A., no valor de R\$75.000, passando de R\$261.573 para R\$186.573 sem redução do número de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e com a consequente alteração na redação do "caput" do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a ter o seguinte teor: "O Capital Social é de R\$186.573, representado por 13.078.650,139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e por 13.078.650,139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal". O órgão regulador ANEEL aprovou a redução.

Repactuação de Risco Hidrológico

O Ministério das Minas e Energia, por meio da Medida Provisória nº 688, convertida na Lei nº 13.203/2015, definiu os critérios e condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE, tendo sido dispostas tanto as condições para o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) quanto para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em 8 de janeiro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a Companhia decidiu pela adesão ao ACR, com efeitos desde 1º de janeiro de 2015, o que implicou em um registro de ativo regulatório no exercício de 2016 no valor de R\$9.208 mil.

	Cibele Soares Dias dos Anjos Diretor Administrativo Financeiro	Luiz Antônio Gouveia Albuquerque Diretor Técnico Comercial
	Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC - MG 53.140	Leonardo Felipe Mesquita Gerente de Contabilidade Contador CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Baguari Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Baguari Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas

pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baguari Energia

S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram ajustadas